

**Ata da 189ª Reunião Ordinária
On-line
Dia 15 de Julho de 2025**

Às 09h12 do dia 15 de julho de 2025, em reunião on-line, reuniu-se o Conselho Municipal de Meio Ambiente do Recife – COMAM, sob a presidência do Felipe Martins Matos, Presidente do Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU. Em seu primeiro ato, o Secretário Felipe Matos realizou uma breve apresentação, informando que em janeiro deste ano, assumiu a Secretária de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento. Relatou ainda que **toda a parte de licenciamento ambiental, bem como a gestão do COMAM, foi incorporada à estrutura da sua Secretaria**, passando assim a ser de sua responsabilidade. Destacou que, **neste contexto, está a ser realizada a primeira reunião do ano**, marcando o início dos trabalhos sob a nova gestão. A reunião contou com a presença dos seguintes conselheiros e suplentes: **Secretaria de Turismo e Lazer:** Titular – Renato Barbosa de Souza; Suplente – Maria Juliana de Oliveira Aureliano; **Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento:** Suplente – Rômulo Campos Faria; **Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade:** Suplente – Uyrán Oliveira da Costa; **Secretaria de Educação:** Suplente – Carlos Antônio Avelar de Melo; **Estado - Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade:** Suplente – Danilo Magalhães Nogueira; **Secretaria de Infraestrutura:** Titular – José Mário Torres Antonino; Suplente – Elida Dias Santos; **Procuradoria Geral do Município:** Titular – Eugênia Giovanna Simões Inácio Cavalcanti; **IBAPE-PE:** Suplente – Frederico de Vasconcelos Brennd; **CREA-PE:** Titular – Bárbara Virgínia Pereira Cavalcanti; Suplente – Magda Simone Leite Pereira; **APEEF – Associação Pernambucana de Engenheiros Florestais:** Suplente – Lucicleiton Leandro da Silva Melo; **AEAMBS-PE:** Titular – Andres Luis Troncoso Gomez; Suplente – Carmem Lúcia Ferreira Carneiro Nogueira Lima; **Centro Universitário Maurício de Nassau – Grupo Ser Educacional:** Titular – Adriane Mendes Vieira Mota; **UNICAP:** Titular – Sérgio Mendonça de Almeida; **Associação Comunitária Dois Unidos e Adjacências:** Titular – Rafael Urbano da Silva; **FIEPE:** Suplente – Otíniel Gerônimo Barbosa; **ADEMI-PE:** Suplente – Hermon Augusto de Costa Braga Júnior. Sendo assim, observado o quórum legal, o Presidente declarou aberta a reunião e procedeu com a leitura da pauta: **1. Aprovação da ata 188ª Reunião Ordinária; 2. Apresentação da prestação de contas; 3. Aprovação e deliberação do Projeto de Urbanização das Margens do Rio Pina, que abrange as comunidades Beira Rio, Bode e Pina; 4. Eleição da Comissão Eleitoral e apresentação do Edital e Regimento do Processo Eleitoral para Sociedade Civil do COMAM.**

O Presidente Felipe Matos, abordou o primeiro ponto da pauta, lembrando aos conselheiros presentes que a Ata da Reunião anterior foi encaminhada a todos os membros previamente por e-mail. Em seguida, abriu espaço para eventuais manifestações, solicitando que os presentes indicassem se havia **alguma observação ou sugestão de alteração** em relação ao conteúdo da ata. **Não havendo considerações**, o Presidente declarou como **aprovada a Ata da 188ª Reunião do COMAM**. Ato contínuo, o Presidente Felipe Matos deu posse aos novos membros do Conselho. Foram empossados Allan Jayson Nunes de Melo, como membro titular, e André Câmara Azevedo Nascimento, como membro suplente, representantes da Secretaria de Saneamento; José Mário Torres Antonino, como membro titular, e Élide Dias Santos, como membro suplente, representantes da Secretaria de Infraestrutura; Renato Barbosa, como membro titular, e Juliana Aureliano, como membro suplente, representantes da Secretaria de Turismo e Lazer; e Danilo Magalhães Nogueira, como membro suplente, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Fernando de Noronha de Pernambuco. Dando seguimento ao próximo item da pauta, o Presidente Felipe Matos convidou a senhora **Débora Darc, Gerente Geral de Administração e Finanças da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento**, para dar prosseguimento ao item 2 da pauta supracitada e realizar a **apresentação da prestação de contas dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, referente ao exercício de 2024**. O Presidente esclareceu aos conselheiros, que essa prestação de contas já foi enviada ao **Tribunal de Contas**, dentro do prazo legal em conformidade com a legislação vigente, no final do mês de março deste ano, para análise e aprovação. A apresentação ao Conselho tem como objetivo possibilitar a tomada de conhecimento e a manifestação dos membros sobre os dados apresentados. Em seguida, com a palavra, a senhora **Débora Darc (SEDUL)** cumprimentou os presentes e iniciou sua exposição, informando que a prestação de contas refere-se ao período de **1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024**. Esclareceu ainda que os dados apresentados não correspondem à situação atual da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento, uma vez que a prestação de contas é elaborada com base no ano fiscal anterior, conforme previsto na legislação vigente. No primeiro slide (quadro 01) apresentado, foram demonstradas as transferências financeiras recebidas, o total arrecadado foi de R\$ 3.642.001,70. Além disso, houve o registro de recebimentos extra orçamentários, correspondentes a despesas inscritas em restos a pagar ao final do exercício de 2023, no valor de R\$ 3.065,90. Foi também apresentado o saldo do exercício anterior, ou seja, o montante em caixa ao final do ano de 2023 que foi automaticamente migrado para o exercício de 2024, no valor de R\$ 1.070.752,41. Dessa forma, a receita total consolidada apresentada somou R\$ 4.715.820,01.

Ingressos Financeiros

| ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
|---|-------------------------|
| I) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | |
| TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | R\$ 3.601.374,61 |
| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | R\$ 40.627,09 |
| TOTAL (I) | R\$ 3.642.001,70 |
| II) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS | |
| INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | R\$ 3.065,90 |
| TOTAL (II) | R\$ 3.065,90 |
| III) SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (EXCETO RPPS) | R\$ 1.070.752,41 |
| TOTAL (III) | R\$ 1.070.752,41 |
| TOTAL GERAL (I + II + III) | R\$ 4.715.820,01 |

(QUADRO 01)

No slide seguinte (quadro 02), foi apresentada a relação dos dispêndios financeiros, correspondentes às despesas realizadas ao longo do exercício de 2024. Para facilitar a compreensão e otimizar o tempo da reunião, as despesas foram organizadas de acordo com a natureza da despesa, conforme os grupos contábeis padronizados. No **Grupo 3 – Despesas Correntes**, que abrange **gastos com pessoal e encargos sociais**, foi informado um dispêndio total de **R\$ 1.329.791,26**, valor este que inclui tanto as despesas do próprio exercício quanto as chamadas **Despesas de Exercícios Anteriores (DEA)**, oriundas de compromissos assumidos em 2023 ou em anos anteriores e que foram regularizados em 2024. Dentro deste mesmo grupo, foram ainda destacadas as seguintes categorias: 1) Outras despesas correntes, como materiais de consumo (exemplos: toners, materiais de expediente, papelaria, EPIs como chapéus utilizados em ações ambientais); 2) Serviços de terceiros – pessoa jurídica, com destaque para o contrato de serviço de contabilidade do Fundo; 3) Obrigações tributárias e contributivas, no valor de R\$ 458,73; 4) Despesas de exercícios anteriores relacionadas a este grupo, no montante de R\$ 119.066,22, regularizadas ao longo de 2024. Assim, o total do Grupo 3 somou R\$ 1.448.857,48. Quanto ao Grupo 4, referente às despesas de capital (investimentos), destacou-se o valor de R\$ 1.192.886,62 destinado a serviços de terceiros, R\$ 107.727,00 em aquisição de equipamentos e material permanente (incluindo aparelhos de ar condicionado e mobiliário para a nova sede da Secretaria de Meio Ambiente), além de R\$ 704.268,14 em despesas de exercícios anteriores relativas a este grupo. A soma total das despesas de capital foi de R\$ 2.004.881,76. Assim, o **total consolidado de despesas dos Grupos 3 e 4** foi de **R\$ 3.453.739,24**. Por fim, foi informado que, ao encerramento do exercício, em **31 de dezembro de 2024**, o saldo em caixa, disponível nas contas da **Caixa Econômica Federal** e do **Banco do Brasil**, era de **R\$ 1.070.752,41**. valor este que

foi automaticamente migrado para o exercício de 2025, referentes ao Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA.

Dispêndios Financeiros

| ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
|---|-------------------------|
| 3 - DESPESAS CORRENTES | |
| 1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | |
| 90 - APLICAÇÕES DIRETAS | |
| 319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R\$ 1.208.767,97 |
| 319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | R\$ 121.023,29 |
| TOTAL 3.1 | 1.329.791,26 |
| 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES | |
| 90 - APLICAÇÕES DIRETAS | |
| 339030 - MATERIAL DE CONSUMO | R\$ 8.091,11 |
| 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA | R\$ 65.131,35 |
| 339047 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS | R\$ 458,73 |
| 339092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | R\$ 45.385,03 |
| TOTAL 3.3 | R\$ 119.066,22 |
| TOTAL DO GRUPO (3.1 + 3.3) | R\$ 1.448.857,48 |
| 4 - DESPESAS DE CAPITAL | |
| 4 - INVESTIMENTO | |
| 90 - APLICAÇÕES DIRETAS | |
| 449039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | R\$ 1.192.886,62 |
| 449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | R\$ 107.727,00 |
| 449092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | R\$ 704.268,14 |
| TOTAL 4.4 | 2.004.881,76 |
| DESPESA TOTAL (3.1 + 3.3 + 4.4) | R\$ 3.453.739,24 |

(QUADRO 02)

Em seguida, o Presidente Felipe Matos retomou a palavra, abrindo espaço para eventuais dúvidas ou questionamentos por parte dos conselheiros presentes. Não havendo manifestações, o presidente esclareceu que a demanda apresentada não requer deliberação ou aprovação formal, dando continuidade à reunião com o item 3 da pauta, referente à urbanização das margens do Rio Pina, abrangendo as comunidades Beira Rio e Bode. O presidente lembrou que se trata de um projeto voltado para a área anteriormente ocupada por uma comunidade de palafitas à margem do Rio Pina, cujos moradores foram realocados para dois conjuntos habitacionais no Encanta Moça. Destacou ainda que a Prefeitura está realizando uma intervenção urbanística com o objetivo de evitar a reocupação desordenada da área. No âmbito dessa intervenção, será necessária a supressão de uma parte do manguezal existente.

Após breve contextualização, o Presidente do Conselho, Sr. Felipe Matos, convidou a **Sra. Luana Gentil, Diretora de Projetos da URB – Autarquia de Urbanização do Recife**, para apresentar o projeto de urbanização e a solicitação de autorização para supressão de mangue na área do Rio Pina. Inicialmente, a Sra. Luana Gentil (URB) destacou que o projeto beneficiará diretamente a ZEIS Encanta Moça/Pina, abrangendo seis comunidades: Areinha, Encanta Moça, Bode II, Bode III, Beira Rio/Pina e Jardim Beira Rio, totalizando mais de 12 mil pessoas. Foi exibido um mapa com a localização da área de intervenção, evidenciando sua inserção estratégica próxima ao Shopping RioMar, ao Parque dos Manguezais e à Via Mangue. Além disso, a representante esclareceu que o projeto integra um conjunto mais amplo de intervenções urbanísticas da Prefeitura do Recife, com enfoque em desenvolvimento sustentável e integração urbana. Na apresentação foram destacados três itens principais: (1) o Parque do Aeroclube, que se encontra com obras em andamento; (2) o Conjunto Habitacional Encanta Moça, já finalizado e entregue; e (3) a intervenção urbanística da área marcada em laranja no mapa, abrangendo a remoção de palafitas e requalificação da margem do Rio Pina. A Sra. Luana Gentil (URB) informou que 100% das palafitas localizadas às margens do Rio Pina já foram removidas, totalizando 384 estruturas, além de diversas edificações, parciais e totais. O Habitacional Encanta Moça, construído por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, contemplou 600 unidades habitacionais. O projeto urbanístico foi elaborado com base em escutas comunitárias, com respeito às atividades locais tradicionais, como pesca e mariscagem, valorizando o remanescente de mangue, promovendo a reconexão da comunidade com o rio e a integração da malha urbana da ZEIS. Em seguida, foram apresentados os dados gerais do projeto, dividido em três setores: **Setor 1**: compreende desde o Habitacional Via Mangue 2 até a descida do viaduto da Via Mangue. Está previsto para receber quiosques de artesanato, pista de cooper, academia, praça de leitura, espaços de contemplação e aberturas visuais para o rio. **Setor 2 e Setor 3**: incluirão áreas de estacionamento, piquenique, quadra de basquete street, setor “prainha”, campo de areia com mesas de jogos, parque infantil, áreas de convivência e rampas específicas para o acesso das marisqueiras ao rio com carrinhos. A Via Parque, parte integrante do projeto, ligará o viaduto da Via Mangue à Rua Elias Gomes e ao Habitacional Encanta Moça. Contará com ciclofaixa bidirecional compartilhada, travessias elevadas para acessibilidade, pavimentação com piso intertravado, duas faixas de rolamento com sentido duplo e velocidade controlada a 30 km/h. A via possibilitará também o acesso de veículos de serviço essenciais como ambulâncias e caminhões de coleta de lixo. A apresentação teve como objetivo esclarecer o escopo e os impactos positivos do projeto, incluindo os motivos técnicos e sociais para a solicitação de supressão vegetal, com ênfase na recuperação ambiental e urbana da área. Dando continuidade à reunião, Luana Gentil passou a palavra ao Sr. Fabrício, representante da URB, que iniciou a apresentação das **Ações Ambientais** do projeto. Inicialmente, Fabrício cumprimentou os presentes e informou que o projeto de urbanização da Bacia do Rio Pina envolve uma grande intervenção, com a urbanização de toda a frente d’água. Ressaltou que, para a realização do projeto, será necessária a

supressão de **387 m²** e **sete indivíduos arbóreos isolados de mangue-branco**, em área hoje totalmente antropizada e ocupada anteriormente por palafitas. Enfatizou que o trecho onde ocorrerá a supressão corresponde a pontos pontuais e degradados, sendo prevista a compensação com o **replante de uma área doze vezes maior, concretizando assim uma área superior a 5.000m²**. Informou também que a compensação já teve início no trecho onde a obra está em andamento. Além disso, será necessária a supressão de **21 árvores indivíduos arbóreos** para a implantação da infraestrutura. Fabrício declarou que o pedido de supressão já foi protocolado na Secretaria de Meio Ambiente, sendo necessária à autorização prévia do COMAM e do CDU. Reforçou que a obra já está licenciada e em execução, aguardando apenas a autorização para supressão do mangue. Destacou ainda os impactos positivos da intervenção, como a recuperação do espelho d'água, o fim das construções irregulares (palafitas), a melhoria sanitária da área e a mobilização da população para remoção de resíduos sólidos, promovendo maior sustentabilidade para a região. Após sua fala, Fabrício retornou a palavra para Luana Gentil, que informou que o investimento total da intervenção é de **R\$ 31 milhões** e que a empresa executora é a **Guerra Construções**, vencedora do processo licitatório. A obra está atualmente concentrada no setor 1 e em parte do setor 2 (denominado 2.1). Foram apresentados vídeos e imagens do andamento das obras, com destaque para a remoção das palafitas, execução de contenções com gabiões e revestimento verde para evitar erosões e carreamento de materiais. Concluída a apresentação do projeto, o presidente Felipe Matos abre a palavra aos conselheiros, para questionamentos, dúvidas e etc. Ocasão em que, o Sr. **Lucicleiton Melo**, representante da Associação Pernambucana de Engenheiros Florestais do COMAM, indagou se foi enviado por email para todos os conselheiros, com antecedência, o projeto de **compensação do manguezal**, bem como das **licenças ambientais** (inclusive de instalação), dos **projetos sociais de reassentamento das famílias** e das **escutas comunitárias realizadas**. Reforçou a necessidade de que os documentos sejam compartilhados com tempo hábil para análise técnica dos conselheiros, permitindo uma deliberação segura e qualificada nas reuniões de aprovação e afirmou não ter recebido. O conselheiro também questionou o plantio de mangue sobre gabiões, pedindo esclarecimentos sobre essa prática e sua inclusão no projeto de compensação. Solicitou ainda o **plano de supressão vegetal**, contendo informações sobre a retirada da vegetação, a destinação do material, o manejo da camada superficial do solo, entre outros pontos. Por fim, destacou a importância de estabelecer prazos e garantir a execução adequada das ações previstas, especialmente por envolver comunidades vulneráveis. Lucicleiton Melo (APEEF) também sugeriu que a nova gestão do COMAM revise as atas anteriores, lembrando iniciativas aprovadas e ainda não implementadas, como a **manutenção das árvores tombadas da cidade** e a **criação de um plano de arborização urbana** aliado a ações de **educação ambiental** com escolas públicas. Em seguida, o conselheiro **Hermon Júnior (ADEMI)**, parabenizou o projeto, ressaltando seu impacto positivo na dinâmica social da região. Reforçou a necessidade de envio do material atualizado (licenças, parecer técnico de supressão e projeto completo), pois não

recebeu os documentos anteriormente. Sugeriu a realização de uma **reunião extraordinária** para dar celeridade ao processo e questionou quem seria o técnico responsável para eventuais esclarecimentos. O presidente Felipe Matos respondeu informando que, segundo a equipe técnica, a apresentação e as licenças foram enviadas aos conselheiros, mas reconheceu a pendência no envio do projeto completo. Solicitou à URB que encaminhasse o material para distribuição. Sobre os projetos sociais, afirmou que poderão ser compartilhados, mesmo que o foco atual da reunião seja a autorização da supressão. Afirmou também que considerará os apontamentos feitos sobre as árvores tombadas e se comprometeu a revisar as atas anteriores para retomada de temas importantes nas próximas reuniões. O conselheiro Hermon Júnior (ADEMI) retomou a importância da retomada da pauta da Lei de Arborização, destacando que o tema foi exaustivamente debatido em reuniões anteriores, com diversas sugestões apresentadas para a construção de uma minuta. Solicitou que a pauta seja novamente incluída nas próximas reuniões, a fim de concluir o processo iniciado. Aproveitou para dar boas-vindas ao novo secretário Felipe e reafirmar o compromisso com a melhoria da qualidade de vida da população, em consonância com as pautas ambientais. Na sequência, Felipe Matos apresentou a Sra. Bruna Anciolly, responsável pela Secretaria Geral do Conselho. Esclareceu que Bruna será o principal canal de comunicação entre a secretaria e os conselheiros. A Sra. Bruna informou que houve dificuldades em localizar os contatos atualizados de alguns membros devido à transição da equipe anterior. Alguns e-mails não estavam cadastrados corretamente, motivo pelo qual parte dos conselheiros não recebeu os materiais da reunião. Comprometeu-se a entrar em contato individualmente para atualizar as informações cadastrais. A conselheira Elida Dias, representando a Secretaria de Infraestrutura, repassou a palavra ao conselheiro Renato Barbosa de Souza (Secretaria de Turismo), que ressaltou a relevância do projeto para o desenvolvimento do turismo de base comunitária. Sugeriu que o projeto fosse apresentado na próxima reunião do Conselho Municipal de Turismo, dada a participação de instituições como o SEBRAE e empresas que atuam na área, como operadoras de catamarã que fazem passeios turísticos. A conselheira Carmen Lúcia Lima (AEMBS), representando a Associação de Engenheiros Ambientais e Sanitaristas de Pernambuco, confirmou o recebimento da documentação por e-mail, excetuando-se o projeto de compensação ambiental e a ata da reunião anterior, reforçando a fala de Lucileiton Melo nesse sentido. O conselheiro Uyran Oliveira da Costa (SMA), por meio de mensagem no chat, solicitou que constasse em ata o envio da prestação de contas dos exercícios de 2022 e 2023 do Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA) e solicitou que este ponto seja incluído na pauta da próxima reunião para apreciação e aprovação. O conselheiro José Mário Torres Antonino (EMLURB) informou que parte das árvores tombadas citadas já foram incluídas no cronograma de poda, manejo e manutenção arbórea da prefeitura. A conselheira Bárbara Virgínia Pereira Cavalcanti (CREA-PE e ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental) parabenizou a apresentação do projeto, e reiterou a necessidade de transparência e acesso quanto ao projeto social envolvido e à infraestrutura da área para onde as famílias foram realocadas. Propôs uma visita técnica in loco ao habitacional

Encanta Moça, ressaltando a importância de acompanhar de perto as condições de saneamento, coleta seletiva e integração com o projeto urbano. Ressaltou também a importância de processos contínuos de educação ambiental com as comunidades realocadas. Questionou para onde as famílias foram realocadas. Em resposta, o presidente do Conselho Felipe Matos informou que todas as famílias que habitavam às margens do rio foram realocadas para o Conjunto Habitacional Encanta Moça, já entregue, conforme imagens apresentadas anteriormente. As estruturas das antigas moradias já estão em processo de descaracterização e posterior demolição. O presidente da URB, Luís Henrique, detalhou que o projeto foi amplamente debatido no âmbito interno da prefeitura e também com lideranças comunitárias locais. Destacou que a proposta de compensação ambiental envolve a recuperação de áreas anteriormente degradadas pela ocupação irregular. A área de reflorestamento ultrapassa a área de supressão, com mais de 5.000 m² de recuperação previstos. Informou ainda que o projeto contou com autorização de órgãos competentes, compatibilização com redes de saneamento da COMPESA e programas de trabalho técnico-social para as famílias realocadas. Ressaltou a integração com o Parque Eduardo Campos, o habitacional Via Mangue e outras iniciativas em curso. A URB se colocou à disposição para realizar a apresentação também no Conselho Municipal de Turismo, como sugerido. **Com a palavra, o senhor Luís Henrique, Presidente da URB (Autarquia de Urbanização do Recife)**, que estava acompanhado da Diretora de Projetos, Luana Gentil, e do Gerente Geral Socioambiental da URB, Fabrício, o qual apresentou os aspectos relacionados à compensação ambiental incluída no projeto. O Presidente da URB destacou que o referido projeto foi amplamente discutido, tanto interna quanto externamente, no âmbito da Prefeitura da Cidade do Recife, incluindo escutas públicas com a comunidade local. Essas escutas ocorreram em etapas anteriores à execução da obra, por meio de apresentações nas escolas da comunidade do Pina e também em reuniões realizadas no auditório da URB e na sede da Prefeitura, com a participação de lideranças comunitárias, representantes da ZEIS e do Prezeis do Pina. Ressaltou a importância dessas escutas para a construção do roteiro da intervenção e para a concepção do projeto. Segundo o Sr. Luís Henrique, a proposta em questão representa um modelo de intervenção urbanística e ambiental inspirado na experiência exitosa do Parque das Graças, agora adaptado a um contexto social distinto, como o da comunidade do Pina e do Bode, área classificada como ZEIS (Zona Especial de Interesse Social). Além disso, foi ressaltado que o projeto se integra a outras importantes intervenções urbanas, como os projetos habitacionais Via Mangue I e II, bem como o projeto Encanta Moça — este último considerado o maior conjunto habitacional público em construção na cidade, com cerca de 600 unidades habitacionais. Tais empreendimentos se localizam nas proximidades do Parque Eduardo Campos, atualmente em construção, demonstrando a articulação entre as diversas obras públicas na área. O Presidente enfatizou ainda que o projeto dialoga com a dinâmica econômica local, em especial com as atividades das comunidades de pescadores e marisqueiras. Para isso, está prevista a construção de um píer de atracação destinado às "baiteiras", pequenos barcos e jangadas utilizados pelos pescadores, bem como a implantação de

uma via que interligará o píer ao conjunto habitacional, viabilizando a integração entre a infraestrutura urbana e a realidade socioeconômica local. Em resposta a preocupações levantadas por conselheiros, esclareceu que, para obtenção do Habite-se das unidades habitacionais, foi realizada a compatibilização das redes de água e esgoto com os sistemas da COMPESA, com fiscalização da própria URB e da Caixa Econômica Federal. Informou também que o conjunto habitacional tem recebido acompanhamento por meio do Programa de Trabalho Técnico Social da URB, que inclui ações como eleição de síndico, criação de estatuto condominial, entre outras. No tocante à solicitação de autorização do Conselho para dar prosseguimento à obra, o representante da URB esclareceu que a área de supressão vegetal é de aproximadamente 380 m² de mangue, ocupada anteriormente por palafitas. Essa ocupação, embora irregular, era resultado de necessidades socioeconômicas históricas da população local. Com a remoção das palafitas e o reassentamento das famílias no conjunto habitacional, a área ficou remanescente e sem vegetação. Por esse motivo, a URB propõe uma compensação ambiental com reflorestamento de 5.000 m² — uma área significativamente superior àquela suprimida —, devolvendo assim uma importante área verde ao convívio da cidade e promovendo benefícios ambientais à região. Finalizou reiterando que a proposta de compensação ambiental encontra-se incluída na documentação enviada aos conselheiros junto à licença de instalação, e que a Secretaria de Meio Ambiente, ao analisar tecnicamente a proposta, recomendou que a compensação fosse previamente aprovada pelo Conselho de Meio Ambiente. Acrescentou que a URB também fará a devida apresentação do projeto ao Conselho de Desenvolvimento Urbano e se colocou à disposição para apresentar a proposta ao Conselho Municipal de Turismo, caso seja necessário. **Ainda com a palavra, o senhor Luís Henrique (URB)** acrescentou que, paralelamente às intervenções urbanas e habitacionais mencionadas, a URB está atuando na identificação e interrupção de ligações clandestinas de esgoto que lançavam efluentes diretamente no rio. Informou que essas ligações estão sendo desativadas e substituídas por ligações regulares à rede pública de coleta de esgoto, promovendo assim melhorias significativas na infraestrutura sanitária da área. Finalizou colocando a equipe técnica à disposição para esclarecimentos adicionais, destacando a presença da diretora Luana Gentil, responsável pelo projeto, e de Fabrício, responsável pela área ambiental. **Em seguida, o conselheiro Frederico Brennand (IBAPE-PE)** parabenizou a URB pela qualidade do projeto, destacando sua relevância e excelência. Reforçou o apoio à proposta e sugeriu, como encaminhamento prático, a realização de uma reunião presencial com a equipe de projetistas, de modo a facilitar o entendimento detalhado da proposta e esclarecer eventuais dúvidas dos conselheiros de forma mais direta e objetiva. **Na sequência, o conselheiro Carlos Avelar (Secretaria de Educação)** também parabenizou a nova gestão do conselho e apresentou dois pontos para consideração: 1) A necessidade de definição e implementação de um dispositivo de acompanhamento do processo de replantio e da compensação ambiental, tema já discutido em reuniões anteriores; 2) A importância do acompanhamento da revisão do Plano Municipal de Educação Ambiental, cuja responsabilidade está atribuída à Coordenadoria de Educação

Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente. Destacou que este processo, conduzido pelo COMEA – Conselho Municipal de Educação Ambiental, é fundamental para o setor da educação e deve ser integrado ao acompanhamento das políticas ambientais do município por parte deste conselho. **Em resposta às manifestações dos conselheiros**, o presidente da sessão Felipe Matos, reconheceu que os pedidos por mais informações demonstram o legítimo interesse dos membros em compreender melhor o projeto de compensação ambiental. No entanto, ressaltou que as falas iniciais dos conselheiros também refletiram amplo reconhecimento quanto à importância e aos avanços promovidos pelo projeto, tanto do ponto de vista social quanto ambiental. Destacou que a área em questão já se encontrava altamente degradada e antropizada, sendo historicamente utilizada de forma precária e com ocupações irregulares. Reiterou que, com a realocação das famílias para moradias dignas e com a implantação da nova infraestrutura, será possível transformar a relação da comunidade com o rio, oferecendo áreas de lazer, contemplação e integração com o ambiente natural, como pistas de caminhada e um novo acesso ao mangue. Ressaltou ainda que a área de supressão corresponde a aproximadamente 300 m², enquanto a área proposta para reflorestamento e compensação ambiental é de cerca de 5.000 m², representando um ganho ambiental significativo. **Diante das considerações, o presidente propôs como encaminhamento** que o conselho procedesse com a votação da autorização para a supressão vegetal, a fim de viabilizar a continuidade da obra. Além disso, sugeriu na próxima reunião, fosse incluída na pauta a apresentação detalhada do projeto de compensação ambiental por parte da URB e propôs também, a realização de uma visita técnica ao local da intervenção, tão logo os trabalhos estejam em andamento, permitindo que os conselheiros possam acompanhar presencialmente a execução do projeto. Por fim, solicitou a manifestação dos conselheiros quanto ao encaminhamento proposto. Na sequência, o Presidente submeteu ao colegiado a proposta de prosseguimento da autorização de supressão vegetal, sem a apresentação prévia do projeto de compensação ambiental, a ser posteriormente encaminhado pela URB. Procedeu-se à votação nominal dos conselheiros. **Manifestaram-se favoravelmente:** Irã, representando Oscar Pais Barreto Neto; Carlos Antônio Avelar de Melo, suplente da Secretaria de Educação; José Mário Torres Antonino titular da Secretaria de Infraestrutura; Eugênia Geovana, representante da Procuradoria; Renato Barbosa representante da Secretaria de Turismo e Lazer; Frederico Brenand representante da IBAPE-PE; Bárbara Virgínia representante do CREA-PE, a qual registrou a importância da realização de visitas de campo para acompanhamento da execução do projeto; André Luís Troncoso Gomes, representante da Associação Brasileira de Engenheiros Ambientais – ABRES, que destacou, ainda, ser morador do bairro do Pina e ressaltou os benefícios do projeto para a comunidade local; Adriane Mendes Vieira Mota, representante do Centro Universitário UNINASSAU, que sugeriu que a documentação referente à compensação fosse previamente disponibilizada aos conselheiros para maior segurança na análise; Rafael Urbano da Silva representante da Associação Comunitária Dois Unidos e Adjacências; e Otiniel Gerônimo Barbosa, representante da Federação das Indústrias de Pernambuco – FIEPE, que registrou

concordância com as ponderações feitas por outros conselheiros acerca da necessidade de revisões e acompanhamento do projeto. **Votaram contrariamente:** Danilo Magalhães Nogueira, representante da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco – SEMAS, que justificou a necessidade de apresentação do projeto de compensação antes da autorização de supressão; Lucicleiton, representante da APEEF - Associação Pernambucana de Engenheiros Florestais, que ressaltou a exigência legal de apresentação prévia do projeto de compensação florestal; e Sérgio Mendonça de Almeida representante da UNICAP, que declarou somente se sentir apto a deliberar após a apresentação completa do referido projeto. **Registrou-se uma abstenção** do conselheiro Hermon Augusto de Costa Braga Júnior, representante da ADEMI, o qual, embora reconhecendo os impactos positivos do projeto, declarou não se sentir confortável em deliberar sem acesso aos detalhes técnicos e legais da compensação ambiental. Concluída a votação, obteve-se o resultado de **onze (11) votos favoráveis, três (03) contrários e uma (01) abstenção.** Assim, **ficou deliberado o prosseguimento do licenciamento de supressão vegetal (mangue), nos termos apresentados pela URB, condicionando-se a medida à posterior apresentação do projeto de compensação ambiental ao colegiado.** Diante do resultado, restou **aprovada a autorização para supressão da vegetação de mangue**, nos termos apresentados pela URB durante a reunião, como parte do projeto de urbanização do Rio Pina. Atendendo à manifestação quase unânime dos conselheiros quanto à importância da transparência e do acompanhamento do processo, o presidente solicitou à URB que informe a data em que estará apta a apresentar o **projeto de compensação ambiental**, ficando desde já acordado que essa apresentação será incluída na pauta da próxima reunião ordinária do Conselho. A visita de campo também será agendada oportunamente, com comunicação prévia a todos os conselheiros. O senhor Luís Henrique, presidente da URB, informou que a URB já havia apresentado à Secretaria de Meio Ambiente uma proposta técnica contendo os elementos do plano de reflorestamento, incluindo a localização e a metragem das áreas a serem compensadas. Mencionou que tais informações constam em slide compartilhado anteriormente com os conselheiros, embora reconheça que nem todos tenham tido acesso ao material na semana anterior à reunião. Comprometeu-se, então, a sistematizar esse conteúdo em um formato de plano técnico formalizado e encaminhá-lo até a sexta-feira da mesma semana à Secretaria Executiva do COMAM, por meio da Sec. Executiva do COMAM, Bruna Anciolly. Este plano será, então, compartilhado com todos os conselheiros, assim que o cadastro atualizado de e-mails estiver concluído. Luís Henrique também agradeceu aos conselheiros pela confiança demonstrada, inclusive àqueles que, mesmo com ressalvas e dúvidas, reconheceram o mérito ambiental do projeto e sua importância para a recuperação de áreas anteriormente degradadas por ocupações irregulares com palafitas. Destacou que a URB está à disposição para apresentar o plano no formato que o Conselho julgar mais adequado. Em seguida, o presidente reiterou o pedido à equipe da URB para o envio do material à Secretaria Executiva e afirmou que será agendada uma reunião com caráter informativo, a ocorrer na semana seguinte, exclusivamente para a apresentação do projeto de compensação.

Essa reunião tem como objetivo sanar eventuais dúvidas dos conselheiros e consolidar a transparência do processo, em respeito às manifestações registradas durante a votação. **Encerrada esta pauta, o presidente deu início ao próximo item, referente à eleição da Comissão Eleitoral e à apresentação do edital e do regimento do processo eleitoral para escolha da representação da sociedade civil no COMAM.** A Secretária Executiva do COMAM, Bruna Anciolly foi convidada a realizar a apresentação aos conselheiros, que posteriormente deliberaram sobre o tema. Dando continuidade à reunião, Bruna Anciolly (SEDUL) informou que, conforme disposição no Regimento Interno do COMAM, é necessário a formação de uma Comissão Eleitoral, que dentre outras atribuições previstas em regimento, é a principal responsável por conduzir o processo de escolha dos representantes da sociedade civil para a próxima composição do COMAM. Esclareceu que, de acordo com a norma vigente, membros da sociedade civil que pretendam se candidatar à recondução como conselheiros não podem integrar a referida comissão. É importante ressaltar, que tal vedação não se aplica à participação de representantes do poder público, visto que a eleição é exclusiva para os membros da sociedade civil. Ato contínuo, foi aberto espaço aos conselheiros presentes para manifestar interesse em compor a Comissão Eleitoral, reforçando que aos membros da Sociedade Civil que desejarem fazer parte, não poderão se candidatar à vaga de Conselheiro. Não havendo manifestações, o presidente Felipe Matos retomou a palavra e reforçou que a atual composição do COMAM encerra seu mandato em **15 de setembro**, sendo imprescindível que o processo eleitoral seja realizado antes dessa data. Confirmada a ausência de interessados da sociedade civil para compor a Comissão Eleitoral, e como já era previsto, foi informado que a comissão será formada por representantes do poder público. O presidente então anunciou que a minuta do edital eleitoral já havia sido previamente preparada com base na versão utilizada na eleição anterior, com ajustes pontuais. O documento já havia sido compartilhado com os conselheiros por e-mail, e seria novamente enviado àqueles que não receberam. Bruna Anciolly (SEDUL) prosseguiu com a apresentação do edital e do regimento do processo eleitoral, destacando os seguintes pontos principais: **Quem pode se inscrever:** entidades ambientalistas e ecológicas sem fins lucrativos; entidades do movimento popular; representações de universidades e instituições de ensino superior com pós-graduação na área ambiental; entidades fiscalizadoras do exercício de profissão regulamentada com atuação ambiental reconhecida; e entidades do setor empresarial com atuação em questões ambientais. **Documentação exigida para inscrição:** Cópia do CNPJ da entidade; Estatuto social; Comprovação de existência legal da entidade há pelo menos dois anos; Comprovação de atuação no município do Recife; Preenchimento de formulário próprio de cadastramento, disponível em anexo ao edital e no site do COMAM. **Período de inscrição das entidades:** 17 a 31 de julho; **Divulgação do resultado das inscrições:** 07 de agosto; **Prazo para recursos:** 07 a 12 de agosto; **Divulgação dos resultados dos recursos:** 16 de agosto; **Fórum eleitoral para votação das entidades habilitadas:** 26 de agosto (com votação em turno único e apuração no mesmo dia);

Reunião de posse dos novos conselheiros e eleição da vice-presidência: 26 de setembro. Foi ainda informado que os documentos poderão ser enviados por e-mail, via SEDEX ou entregues presencialmente no 12º andar da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Recife, conforme prática adotada no edital anterior. A eleição será realizada em turno único, com apuração imediata no mesmo dia. Em caso de empate, o critério de desempate será a antiguidade da entidade. A nomeação dos conselheiros será feita por meio de portaria do prefeito, com emissão de certificados durante a cerimônia de posse. A eleição da nova vice-presidência do COMAM ocorrerá na mesma reunião de posse, sendo escolhida entre os membros da sociedade civil. Ao final da apresentação, Bruna informou que encaminharia a apresentação com o cronograma detalhado para o grupo de conselheiros, a fim de garantir amplo acesso às informações e ao planejamento do processo. Em seguida, o Presidente passou ao item 4 da pauta. Informou que o edital e o regimento do processo eleitoral são baseados nas últimas três eleições realizadas. Perguntou aos presentes se havia dúvidas, críticas ou objeções para publicação do edital no Diário Oficial da quinta-feira subsequente (17/07/2025) mas por conta do feriado da quarta-feira 16/07/2025 a publicação sairá sábado 19/07/2025, causando assim alteração no calendário das inscrições. Não havendo manifestações contrárias, deliberou-se pela publicação do edital conforme previsto. A conselheira Adriane questionou sobre as atuais representações da sociedade civil no COMAM, sendo listadas pelo Presidente Felipe Matos as seguintes entidades: IBAPE-PE, CREA-PE, Associação Pernambucana de Engenheiros Florestais (APEEF-PE), AEAMBIS-PE, Centro Universitário Maurício de Nassau (Grupo Ser), UNICAP, Associação Autosustentável, Associação Comunitária Dois Unidos e Adjacências, FIEPE e ADEMI-PE. O conselheiro Lucicleiton Melo (APEEF-PE) questionou se as entidades atualmente com assento precisam se reinscrever para o novo processo eleitoral. O Presidente esclareceu que sim, pois o mandato da atual composição se encerra em 15 de setembro de 2025. O edital contemplará cadastramento, e posteriormente a Eleição, para as entidades da Sociedade Civil no Biênio de 2025-2027, ressalta que o mandato é de 02 anos, sendo prorrogável por mais 02 anos. Foi acordado que a comissão eleitoral será composta apenas por representantes do poder público, considerando o interesse das entidades civis em participarem do pleito. O Presidente solicitou à equipe da URB o envio do plano de compensação aos conselheiros e à Bruna Anciolly que compartilhasse os documentos assim que fossem publicados no Diário Oficial. O Presidente Felipe Matos reforçou a simplicidade do edital, que segue o modelo já consolidado nas últimas gestões. Perguntou aos conselheiros se havia alguma objeção, dúvida ou sugestão. Não havendo manifestações contrárias, a proposta foi aprovada. Foi esclarecido que todas as entidades, inclusive as que já compõem o COMAM, precisarão realizar nova inscrição e participar do processo de seleção e eleição. O mandato é de dois anos, prorrogável por mais dois anos. Encerrando a pauta, o Presidente reafirmou a solicitação para que a URB disponibilize o plano de compensação ambiental, a fim de que seja compartilhado com os conselheiros. Também solicitou à conselheira Bruna que compartilhe o edital após sua publicação no Diário Oficial. Agradeceu a todos pela participação e informou que uma nova reunião será convocada para apresentação do

PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E LICENCIAMENTO
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO RECIFE - COMAM

plano de compensação e demais itens pendentes das atas anteriores. Não mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10h48, eu Ana Carolina Paes de Araújo, Chefe da Divisão de Apoio ao CDU, lavrei a presente Ata, a qual será assinada e proclamada pelo Presidente em virtude da sua realização on-line.

Recife, **15 de julho de 2025.**

FELIPE MARTINS MATOS
Secretário de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento – SEDUL.
Presidente do Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU.